

**CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE
SANTO ADRIÃO**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade.....	10
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
3.1. Principais políticas contabilísticas:.....	10
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:.....	17
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:.....	17
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas:.....	17
4. Ativos fixos tangíveis.....	17
5. Ativos intangíveis	18
6. Investimentos financeiros.....	19
7. Inventários	19
8. Créditos a receber	20
9. Estado e outros Entes Públicos	20
10. Diferimentos	20
11. Caixa e depósitos bancários.....	21
12. Outros ativos correntes.....	21
13. Fundos patrimoniais.....	21
14. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	22
15. Fornecedores	22
16. Outros passivos correntes.....	22
17. Vendas e serviços prestados	22
18. Subsídios, doações e legados à exploração	23
19. Fornecimentos e serviços externos.....	23
20. Gastos com o pessoal.....	24
21. Outros rendimentos e ganhos	24
22. Outros gastos e perdas	24

23.	Resultados financeiros	25
24.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	25
25.	Acontecimentos após data de Balanço.....	25

Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2016

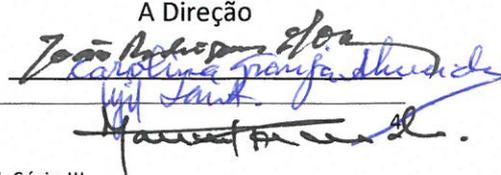
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 785 032,33	1 528 805,59
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	399,50	
Investimentos financeiros	6	896,52	359,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		1 786 328,35	1 529 165,57
Ativo corrente			
Inventários	7		
Créditos a receber	8	4 194,15	3 609,95
Estado e outros entes públicos	9	23 507,72	6 123,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Diferimentos			
Outros ativos correntes	12	159 340,80	100 571,77
Caixa e depósitos bancários	11	170 689,20	211 242,29
Subtotal		357 731,87	321 547,98
Total do Ativo		2 144 060,22	1 850 713,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	7 201,78	7 201,78
Excedentes técnicos			
Reservas			
Excedentes de revalorização			
Resultados transitados	13	913 906,94	874 531,32
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	14	698 016,00	716 185,27
Resultado líquido do período		(3 479,49)	39 375,62
Total dos fundos patrimoniais		1 615 645,23	1 637 293,99
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	16	233 996,36	17 343,88
Estado e outros entes públicos	9	27 459,85	27 289,08
Financiamentos obtidos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Diferimentos	10	156 624,42	48 401,70
Outros passivos correntes	16	110 334,36	120 384,90
Subtotal		528 414,99	213 419,56
Total do passivo		528 414,99	213 419,56
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 144 060,22	1 850 713,55

O Contabilista Certificado, nº 56013



A Direção



Centro Cultural e Social de Santo Adrião

Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, s/n

NIPC:501483667- Publicação em Diário da República nº 166 de 21/07/1997, Série III

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	17	602 591,14	590 332,48
Subsídios, doações e legados à exploração	18	1 130 584,27	1 192 137,45
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(155 219,90)	(150 569,85)
Fornecimentos e serviços externos	19	(354 286,05)	(373 325,51)
Gastos com o pessoal	20	(1 183 081,15)	(1 172 420,77)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	21	59 146,34	76 102,69
Outros gastos	22	(48 089,91)	(72 362,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51 644,74	89 893,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(56 250,79)	(53 786,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(4 606,05)	36 107,81
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1 141,89	3 267,98
Juros e gastos similares suportados	23	(15,33)	(0,17)
Resultados antes de impostos		(3 479,49)	39 375,62
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(3 479,49)	39 375,62
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(3 479,49)	39 375,62

O Contabilista Certificado, nº 56013

Helena Rodrigues

A Direção

Carolina Francisco
Carolina Francisco
Carolina Francisco

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Unidade monetária: Euros																
		ATL	CENTRO DIA	SAD	RSI	C CONVIVO	CANT.SOCIAL	ERPI	CAT	CRECHE P1	JARDIM	CRECHE P2	CATL.ACR	CRECHE P3	CUL.REC.DESP	PROJETOS	2016	2015
17		14.025,07	99.571,71	46.945,97		9.941,77		180.644,47	564,81	28.015,71	85.850,46	44.503,80		25.488,17	58.063,66	8.975,54	602.591,14	590.297,48
7		(17.359,12)	(112.182,20)	(118.971,19)	(74.451,80)	(10.113,92)	(84.777,38)	(172.888,60)	(125.286,88)	(77.529,99)	(166.624,03)	(146.456,41)	(64.655,87)	(67.291,08)	(25.124,21)	(74.002,37)	(1.338.301,05)	(1.322.990,62)
		(3.314,05)	(13.210,49)	(72.031,22)	(74.451,80)	(172,15)	(84.777,38)	7.755,87	(124.722,07)	(49.514,28)	(80.773,57)	(101.952,61)	(64.655,87)	(41.802,91)	32.939,45	(45.026,83)	(735.709,91)	(732.693,14)
21		18.541,33	72.759,35	108.642,09	78.555,08	7.280,72	91.275,00	64.142,29	150.620,64	65.527,01	152.571,61	129.886,27	75.502,80	9.483,52	109.143,29	1.190.872,50	1.271.543,12	
		(14.553,37)	(54.336,87)	(33.930,30)	(2.802,33)	(6.698,76)	(3.284,56)	(73.914,34)	(22.152,88)	(17.729,05)	(69.499,48)	(26.730,28)	(10.549,54)	(40.336,38)	(16.853,57)	(410.536,84)	(427.111,56)	
22		(340,54)	(3.287,17)	(1.196,61)		(204,31)	(3.058,35)	(4.129,74)	(2.544,65)	(605,01)	(1.962,78)	(1.166,20)		(408,65)	(2.923,00)	(26.262,89)	(48.089,91)	
		333,37	1.924,82	1.483,96	1.300,95	205,50	154,70	(6.145,92)	1.201,04	(2.321,33)	335,78	371,18	297,39	(2.435,19)	(836,41)	1.000,00	(3.464,16)	39.375,79
23		(0,77)	(1,53)	(1,99)		(0,31)		(1,23)	(0,92)	(1,07)	(3,83)	(2,30)		(1,38)			(15,33)	(0,17)
		332,60	1.923,29	1.481,97	1.300,95	205,19	154,70	(6.147,15)	1.200,12	(2.322,40)	331,95	34,88	297,39	(2.436,57)	(836,41)	1.000,00	(3.479,49)	39.375,62
		332,60	1.923,29	1.481,97	1.300,95	205,19	154,70	(6.147,15)	1.200,12	(2.322,40)	331,95	34,88	297,39	(2.436,57)	(836,41)	1.000,00	(3.479,49)	39.375,62

O Contabilista Certificado, nº 56013

Helena Robinson

A Direção
Faço esta declaração em nome da Direção
Wyd Jones
Maurício

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	7 201,78	-	-	838 356,01	-	734 354,54	36 175,31	-	1 616 087,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contábilístico										
Alterações de políticas contábilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização dos excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	-	-	36 175,31	-	(18 169,27)	(36 175,31)	-	(18 169,27)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				36 175,31		(18 169,27)	(36 175,31)		(18 169,27)
RESULTADO EXTENSIVO	3							39 375,62		39 375,62
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3							3 200,31		21 206,35
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	5	7 201,78	-	-	874 531,32	-	716 185,27	39 375,62	-	1 637 293,99
	6=1+2+3+5									

O Contabilista Certificado, n.º 56013

Helena Rodrigues

A Direção

Fabiana Pereira Almeida
Virgínia Loureiro
Francisco Loureiro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/out ras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	7 201,78	-	-	874 531,32	-	716 185,27	39 375,62	1 637 293,99	-	1 637 293,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização dos excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	-	-	39 375,62	-	(18 169,27)	(39 375,62)	(18 169,27)	-	(18 169,27)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	-	39 375,62	-	(18 169,27)	(39 375,62)	(18 169,27)	-	(18 169,27)
RESULTADO EXTENSIVO	8										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8										
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	7 201,78	-	-	913 906,94	-	698 016,00	(3 479,49)	1 615 645,23	-	1 615 645,23

O Contabilista Certificado, n.º 56013

Heleno Rodrigues

A Direção
2016 Heleno Rodrigues
Administrador

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		610 735,00	519 257,27
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(515 194,69)	(394 112,53)
Pagamentos ao pessoal		(814 520,45)	(794 436,51)
Caixa gerada pelas operações		(718 980,14)	(669 291,77)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8 005,26)	(59 695,43)
Outros recebimentos/pagamentos		725 965,81	816 866,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(1 019,59)	87 878,81
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(51 785,36)	113 383,86
Ativos intangíveis	5	(4 935,68)	
Investimentos financeiros	6	(896,52)	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	23	1 141,89	3 267,98
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(56 475,67)	116 651,84
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	23	(15,33)	(0,17)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(15,33)	(0,17)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(57 510,59)	204 530,48
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	211 242,29	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	170 689,20	211 242,29

O Contabilista Certificado, n.º 56013

Helena Rodrigues

A Direção

João António Sousa
Fátima Francis Glória
Yildiz Sami
Halim Sami

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Cultural e Social de Santo Adrião é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 166 de 21/07/1997, Série III, com sede na Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião. Tem como atividade principal o Apoio Social para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio Social à comunidade e associados, nos vários níveis etários, especialmente infância, juventude, terceira idade e deficientes, e a promoção e valorização dos seus associados sob o ponto de vista humano, nos aspetos culturais e recreativos.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.2. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 13) e “*Diferimentos*” (Nota 11)

3.1.4. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.7. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.8. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6 - 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.1.9. Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
<i>Goodwill</i>	
Projetos de desenvolvimento	
Programas de computador	10
Propriedade industrial	
...	
Outros ativos intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.10. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.12. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.13. Financiamentos obtidos

Os “*Encargos financeiros*” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.1.14. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.15. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.1.16. Subsídios do Estado

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, contratos emprego-inserção sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.1.17. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.1.18. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das

demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.1.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2015

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2015
Custo							
Terrenos e recursos naturais	114 035,17	-	-	-	-	-	114 035,17
Edifícios e outras construções	1 976 109,49	68 266,19	-	-	-	-	2 044 375,68
Equipamento básico	502 145,28	30 367,67	(207,90)	-	-	-	532 305,05
Equipamento de transporte	412 434,92	14 750,00	(16 959,12)	-	-	-	410 225,80
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	209 664,61	-	-	-	-	-	209 664,61
Outros ativos fixos tangíveis	11 938,00	-	-	-	-	-	11 938,00
Total	3 226 327,47	113 383,86	(17 167,02)	-	-	-	3 322 544,31
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	649 381,87	38 212,47	-	-	-	-	687 594,34
Equipamento básico	487 298,90	6 513,83	-	-	-	-	493 812,73
Equipamento de transporte	398 358,90	8 644,94	(16 959,12)	-	-	-	390 044,72
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	209 934,10	414,81	-	-	-	-	210 348,91
Outros ativos fixos tangíveis	11 938,02	-	-	-	-	-	11 938,02
Total	1 756 911,79	53 786,05	(16 959,12)	-	-	-	1 793 738,72
Quantia escriturada							1 528 805,59

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Terrenos e recursos naturais	114 035,17	-	-	-	-	-	114 035,17
Edifícios e outras construções	2 044 375,68	8 156,69	(28 648,81)	-	-	-	2 023 883,56
Equipamento básico	532 305,05	13 841,39	(6 949,50)	-	-	-	539 196,94
Equipamento de transporte	410 225,80	-	-	-	-	-	410 225,80
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	209 664,61	7 170,37	-	-	-	-	216 834,98
Outros ativos fixos tangíveis	11 938,00	3 325,10	-	-	-	-	15 263,10
Ativos fixos tangíveis em curso	-	315 502,41	-	-	-	-	315 502,41
Total	3 322 544,31	347 995,96	(35 598,31)	-	-	-	3 634 941,96
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	687 594,34	38 282,53	-	-	-	-	725 876,87
Equipamento básico	493 812,73	7 334,66	-	-	-	-	501 147,39
Equipamento de transporte	390 044,72	8 225,94	-	-	-	-	398 270,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	210 348,91	2 327,78	-	-	-	-	212 676,69
Outros ativos fixos tangíveis	11 938,02	-	-	-	-	-	11 938,02
Total	1 793 738,72	56 170,91	-	-	-	-	1 849 909,63
Quantia escriturada							1 785 032,33

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	479,39	-	-	-	-	479,39
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	479,39	-	-	-	-	479,39
Depreciações acumuladas							
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	79,89	-	-	-	-	79,89
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	79,89	-	-	-	-	79,89
Quantia escriturada							399,50

6. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2016
Fundo de Compensação	359,98	536,54	-	-	896,52
...	-	-	-	-	-
Total	359,98	536,54	-	-	896,52

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2015	CMVMC em 2015
Mercaçórias	-	12 666,56	-	-	12 666,56
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	129 923,04	7 980,25	-	137 903,29
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
Total	-	142 589,60	7 980,25	-	150 569,85

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Mercaçórias	-	11 020,59	-	-	11 020,59
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	141 142,07	3 057,24	-	144 199,31
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
Total	-	152 162,66	3 057,24	-	155 219,90

8. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Clientes e Utentes c/c	4 194,15	3 609,95
Clientes	-	-
Utentes	4 194,15	3 609,95
Total	4 194,15	3 609,95

Descrição	0-30 dias
Clientes c/c	-
Utentes c/c	4 194,15
Total	4 194,15

9. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	23 507,72	6 123,97
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	23 507,72	6 123,97
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3 833,36	4 284,64
Segurança Social	23 600,33	22 953,81
Fundo Cmpensação	26,16	50,63
Total	27 459,85	27 289,08

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Rendimentos a reconhecer		
Prémio Sénior 2015	-	2 957,10
POISE - Programa Escolhas	-	20 578,21
POISE - CLDS	141 373,37	-
IEFP - Estágios emprego e CEI's	15 251,05	24 866,39
...	-	-
...	-	-
Total	156 624,42	48 401,70

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	2 923,63	2 623,29
Depósitos à ordem	77 765,57	58 619,00
Depósitos a prazo	90 000,00	150 000,00
Outros	-	-
Total	170 689,20	211 242,29

12. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Outros créditos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Adiantamentos ao pessoal	720,38	1 460,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	23 000,00	25 480,96
Outros devedores		
POISE - Programa Escolhas	1 124,10	37 736,62
POISE - CLDS	115 725,87	
IEFP - Estágios emprego e CEI's	18 770,45	35 894,19
Perdas por Imparidade	-	-
Total	159 340,80	100 571,77

Outros ativos correntes

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
José Costa Barbosa & CA,Lda.	23 000,00	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	23 000,00	-

13. Fundos patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Fundos	7 201,78	-	-	7 201,78
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Resultados transitados	874 531,32	39 375,62	-	913 906,94
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	716 185,27	-	18 169,27	698 016,00
Resultado líquido do período	39 375,62	-	42 855,11	(3 479,49)
Total	1 637 293,99	39 375,62	61 024,38	1 615 645,23

Nota:

Resultados transitados:

Ano 2016

- Aumento de 39.375,62 pela transferência do resultado positivo do exercício de 2015, para Resultados Transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais:

Ano 2016

- Redução de 18.169,27, de imputação de subsídios para investimentos.

Resultado líquido do exercício:

Ano 2016

- Diminuição de 42.855,11:

39.375,62, pela transferência do resultado positivo do exercício de 2015, para Resultados Transitados.

3.479,49, pelo resultado negativo do exercício de 2016.

14. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	Saldo em 31-dez-2016
Subsídios ao investimento	602 150,09	-	18 169,27	-	583 980,82
Doações	114 035,18	-	-	-	114 035,18
Total	716 185,27	-	18 169,27	-	698 016,00

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	233 996,36	17 343,88
Total	233 996,36	17 343,88

16. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	528,48	506,50
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	109 805,88	119 747,40
Adiantamento de clientes/utentes	-	131,00
Outros credores	-	-
...	-	-
Total	110 334,36	120 384,90

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

Serviços prestados:

Descrição	2016	2015
Quotas dos utilizadores	525 916,47	495 007,99
Infância	192 958,22	
Terceira Idade	332 958,25	
Quotas e Jóias	2 996,00	3 858,50
Serviços secundários	73 678,67	91 465,99
Total	602 591,14	590 332,48

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 126 576,95	1 184 977,20
Doações e heranças	4 007,32	7 160,25
Total	1 130 584,27	1 192 137,45

Descrição	2016	2015
ISS, IP - Cenntro Distrital Braga	1 010 443,26	1 013 069,46
POPH - Projetos diversos	64 378,48	86 036,35
IEFP	43 764,81	77 401,39
Junta de Freguesia S. Lázaro	5 990,40	8 270,00
Câmara Municipal de Braga	1 000,00	-
IPJ	1 000,00	200,00
Doações diversas	4 007,32	7 160,25
Total	1 130 584,27	1 192 137,45

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	-	
Serviços especializados	98 345,47	94 017,30
Materiais	55 828,47	70 157,61
Energia e fluidos	105 287,31	107 600,28
Deslocações, estadas e transportes	19 311,10	36 018,79
Serviços diversos (*)	75 513,70	65 531,53
Limpeza e higiene	23 326,45	22 348,92
Seguros	16 007,63	14 069,36
Rendas e alugueres	22 375,84	18 177,63
Total	354 286,05	373 325,51

20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente 10 e 6.

Os órgãos diretivos/sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de 96 e em 2015 foi de 96.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	955 891,47	952 957,04
Encargos sobre as remunerações	210 307,18	198 610,89
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 919,58	7 467,11
Outros gastos com o pessoal	10 962,92	13 385,73
Total	1 183 081,15	1 172 420,77

21. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

22. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	16 857,58	16 234,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	143,72	-
Outros rendimentos e ganhos		-
Donativos	21 429,05	33 808,75
Correções relativas a períodos anteriores	2 546,72	7 889,87
Imputação subs. para investimento	18 169,27	18 169,27
Total	59 146,34	76 102,69

Descrição	2016	2015
Impostos	2 764,40	2 767,05
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a exercícios anteriores	5 530,41	3 026,59
Donativos	-	261,10
Quotizações	470,00	470,00
FRSS	-	682,30
Apoio pecuniário	3 890,00	3 800,00
Gratificações estímulo a utentes	1 071,00	1 899,00
Bolsas de formação	34 331,94	56 827,15
Outros	32,16	2 629,44
Total	48 089,91	72 362,63

23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	15,33	0,17
Total	15,33	0,17
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 141,89	3 267,98
Total	1 141,89	3 267,98
Resultados financeiros	1 126,56	3 267,81

24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

25. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção em 02 de março de 2017.

Braga, 06 de março de 2017

O Contabilista Certificado, n.º 56013



A Direção

